

Ministro propõe a extinção da licenciatura como solução para o déficit de professores

Curso de três anos seria substituído por um treinamento paralelo ao magistério

BRASÍLIA e RIO. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, vai propor hoje ao Conselho Nacional de Educação que se acabe com a exigência de cursos de licenciatura para que médicos, engenheiros e outros profissionais de nível superior possam lecionar para alunos de 5^a a 8^a séries e do Segundo Grau. Paulo Renato acha que a exigência é desnecessária e está contribuindo para aumentar ainda mais o déficit de professores em salas de aula. Pela proposta do ministro, o curso regular de licenciatura, que leva pelo menos três anos, será substituído por um esquema especial em que o profissional se submeterá a um treinamento pedagógico já dando as aulas.

Ao anunciar essa proposta ontem, o ministro disse saber que ela provocará muita polêmica e enfrentará resistência das faculdades de educação. Mas lembrou que a recente avaliação educacional realizada com 90 mil alunos de todo o país mostrou o grau de conhecimentos que professores licenciados ou não-licenciados consegue transmitir para seus alunos é exatamente o mesmo.

Avaliação indica que pedagogia não melhora professor

O Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) mostrou que o saber dos alunos do Ensino Fundamental e do Segundo Grau aumenta à medida em que cresce o nível de escolaridade do professor, mas a diferença de qualidade entre licenciados ou não é desprezível.

O nível do professor de nível superior não melhora se ele também fizer pedagogia. Não faz sentido um médico ter de fazer três

ALUNOS PREJUDICADOS POR PROBLEMAS NAS ESCOLAS

	3 ^a série do	4 ^a série	8 ^a série	Segundo Grau
Número insuficiente de professores	28,5%	41,2%	39,9%	
Insuficiência de pessoal técnico-administrativo	44,7%	52,4%	49,4%	
Interrupção das atividades escolares	12,5%	17,9%	21,7%	
Rotatividade dos professores	31,8%	38,9%	39,3%	
Insuficiência de recursos financeiros	66%	53,7%	72,5%	

FONTE: SAEB/95

anos de curso para dar aulas de ciências. Só no ensino fundamental e médio existe isso. Eu mesmo sou professor universitário e não tenho licenciatura. No ensino superior, não precisa — argumentou Paulo Renato, que, segundo assessores, atribui a situação a um forte lobby dos sindicatos de professores.

Segundo o ministro, o relatório final do Saeb, divulgado ontem pela Secretaria de Avaliação e Informação Educacional do MEC, tem dados que reforçam a necessidade de acabar com essa exigência. Descobriu-se que nada menos que 41,2% das escolas têm na 8^a série insuficiência de pelo menos um professor e geralmente de mais de um. Na 3^a série do Segundo Grau, esse problema afeta 39,9% das escolas, enquanto na 4^a série do antigo primário, em que os professores não precisam necessariamente de licenciatura, esse percentual cai para 28,5%.

Pela minuta de portaria do ministro, os cursos de licenciatura, que precisam ter carga horária de

base na área de estudos da habilitação pretendida. Os profissionais terão direito ao diploma de licenciado exatamente como se tivessem feito o curso regular.

Esperava-se que o MEC anunciasse ontem os resultados do Saeb estado por estado. Mas o ministro Paulo Renato alegou que a margem de erro amostral do Saeb foi muito alta, por causa da grande quantidade de alunos que deixaram as escolas em 1995 antes do fim do ano letivo e, portanto, deixaram de se submeter ao teste. Segundo o ministro, será divulgado na semana que vem apenas o levantamento (por estado) do aproveitamento curricular dos alunos.

O que não será divulgado é o nível de proficiência dos alunos por estado, o que permitiria comparar, por exemplo, se um aluno do Segundo Grau no Piauí sabe tanto quanto um do Primeiro Grau no DF. Paulo Renato garantiu que o MEC não teve interesse de esconder os dados para evitar comparações. O erro amostral impediu o cruzamento de dados, que só poderá ser feito no próximo Saeb, em outubro de 97.

Proposta não agrada a coordenadora de Sindicato

A coordenadora-geral do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) do Rio, Carmem Tubio, acha que a medida servirá apenas para diminuir ainda mais a qualidade do ensino.

— Não é por conhecer um assunto que uma pessoa está capacitada a dar aulas. Ela também precisa conhecer técnicas pedagógicas para prender a atenção dos alunos — argumenta a sindicalista Carmem Tubio. ■